

**REESTRUTURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE ALTAMIRA (PARÁ) A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA UHE BELO MONTE**

**URBAN RESTRUCTURING OF THE CITY OF ALTAMIRA (PARÁ) FROM THE IMPLEMENTATION OF THE BELO MONTE HPP**

**REESTRUCTURACIÓN URBANA DE LA CIUDAD DE ALTAMIRA (PARÁ) A PARTIR DE LA IMPLANTACIÓN DE LA UHE BELO MONTE**

**Gleiciely Barroso Carvalho**

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Pará – PPGeo/UFGA. Participante do Grupo de Pesquisa e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM).  
tiely\_atm@hotmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-8849-9317>

**Ronicleici Santos da Conceição**

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Pará – PPGeo/UFGA. Participante do Grupo de Pesquisa e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM).  
ronicleicisantos@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-4129-6381>

**Márcio Douglas Brito Amaral**

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará – PPGeo/FGC/UFGA.  
marcioamaral29@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-2094-3044>

**Recebido para avaliação em 01/07/2019; Aceito para publicação em 18/08/2019.**

**RESUMO**

A discussão expressa neste artigo é resultado de um estudo de caso realizado no município de Altamira, localizado no sudoeste do Pará, e tem por objetivo analisar as alterações nas relações dos sujeitos que foram reassentados devido a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, cuja implantação se iniciou em 2010, de modo a compreender as concepções desses sujeitos reassentados em relação às modificações da cidade de Altamira no contexto da implantação do empreendimento, assim como identificar as novas relações com o processo de remanejamento. A metodologia desta pesquisa se desenvolveu em três partes: primeiro foi realizado o levantamento bibliográfico acerca da temática discutida; posteriormente fez-se a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, todas elas elaboradas pelo Grupo de Estudo e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM), e aplicadas nos cinco reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) – Jatobá, São Joaquim, Laranjeiras, Água Azul e Casa Nova; por fim fez-se a sistematização dos dados e, subsequentemente, a elaboração deste texto. Em relação a isso, discutiu-se a alteração no modo de vida da população Altamirense no que tange à moradia, mudança no perfil empregatício e formas de lazer dos sujeitos diretamente impactados por esse empreendimento que prometia trazer “desenvolvimento” para a Amazônia.

**Palavras-chave:** Amazônia; UHE Belo Monte; Urbano.

**ABSTRACT**

The discussion expressed in this article is the result of a case study in the municipality of Altamira, located in southwest of Pará, whose objective is to analyze the changes in the relations of the

resettled subjects due to the implementation process of the Belo Monte hydroelectric plant in 2010, in a way to understand the concepts of these resettled subjects in relation to the modifications of the city of Altamira in the context of the implementation of the project, as well as to identify the new relationships with the relocation process. The methodology was developed in three parts: at first, a bibliographical survey about the topic was discussed; followed by the application of questionnaires with open and closed questions, all of them elaborated from the Group of Study and Territorial Dynamics in the Amazon (GEDTAM), and applied to the five collective urban resettlements (RUCs) – Jatobá, São Joaquim, Laranjeiras, Água Azul and Casa Nova; and then the data were systematized and subsequently drafted. In this regard, we discuss the alteration in the way of life of the Altamirense population with regard to housing, changes in the employment profile and forms of leisure for the individuals directly impacted by the enterprise so-called “developmental” for the Amazon.

**Keywords:** Amazon; Belo Monte HPP; Urban.

### RESUMEN

La discusión expresada en este artículo es el resultado del estudio de caso en el municipio de Altamira, situado en el suroeste de Pará, que tiene por objetivo analizar las alteraciones en las relaciones de los sujetos reasentados con el proceso de implantación de la usina hidroeléctrica de Belo Monte en 2010, de modo que puede comprender las concepciones de esos sujetos reasentados en relación a las modificaciones de la ciudad de Altamira en el contexto de la implantación del emprendimiento, así como identificar las nuevas relaciones con el proceso de reubicación. La metodología se desarrolló en tres partes: primero fue realizado el levantamiento bibliográfico acerca de la temática discutida; posteriormente se hizo la aplicación de cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas, todas ellas elaboradas a partir del Grupo de Estudio y Dinámicas Territoriales en la Amazonia (GEDTAM), y aplicadas en los cinco reasentamientos urbanos colectivos (RUC's) – Jatobá, São Joaquim, Laranjeiras, Agua Azul y Casa Nova; luego se hizo la sistematización de los datos, y subsiguiente a la elaboración de este texto. A este respecto, se discute la alteración en el modo de vida de la población Altamirense en lo que se refiere a la vivienda, cambio en el perfil laboral y formas de ocio a los sujetos directamente impactados por el emprendimiento dicho “desarrollista” para la Amazonia.

**Palabras clave:** Amazonia; UHE Belo Monte; Urbano.

---

## INTRODUÇÃO

O cenário de desenvolvimento brasileiro tem se modificado muito nos últimos anos, sobretudo, a partir da década de 1970, com as ideologias e práticas governamentais “perversas” advindas de um modelo “desenvolvimentista” externo, obedecendo à lógica de integração regional e local que estão aquém da realidade das populações Amazônicas (HERRERA, 2012).

Nesse contexto, Bermann (2012) enfatiza que a construção e operacionalização da UHE Belo Monte tem sido o paradigma para o processo de expansão da fronteira hidrelétrica na bacia Amazônica. Seu potencial energético é explorado no rio Xingu, mais precisamente na Volta Grande do Xingu.

A implantação dessa usina hidrelétrica é a grande responsável, pelo menos a partir de 2010, por significativas modificações na estrutura urbana do município de Altamira, no

sudoeste do Pará. Com potência instalada de 11.233 MW, é a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira, e a terceira maior do mundo. Sua capacidade média, porém, chega apenas a 4.428 MW, 39% do potencial máximo, por conta da redução da vazante do Xingu nos períodos de junho a outubro, época do verão amazônico (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2011).

De acordo com os estudos feitos por Herrera e Miranda Neto (2016), Altamira exerce um papel de centralidade no sudoeste paraense, articulando-se pela rodovia BR-230, conhecida como Transamazônica, e também pelo Rio Xingu. Essas ainda são as principais vias de articulação da região, tendo as suas funções de centralidade evidenciadas a partir da implantação e operacionalização da UHE Belo Monte em 2010.

Soma-se a isso, a redefinição da rede urbana com alterações no modo de vida da população Altamirense, sobretudo no que tange à moradia, ao perfil empregatício e às formas de lazer dos sujeitos diretamente impactados pelo empreendimento.

No que diz respeito a alteração nas formas de lazer da população de Altamira, trata-se da cultura de, aos finais de semana, ir às praias de água doce, que a população usufruía como modo de fugir do estresse causado pelo frenético cotidiano da cidade. Assim, utilizava-se das praias e também de chácaras para descansar e se divertir com a família ou amigos, atividades que foram alteradas drasticamente com a implantação da usina, haja vista que, com o barramento do rio Xingu, algumas praias deixaram de existir.

Desse modo, compreende-se que a produção do espaço urbano na região, no contexto da implantação de grandes projetos, sobretudo em uma escala articulada ao capital global, nesse caso Belo Monte e os demais projetos já almejados que ainda estão por vir, insere na região novos agentes com ritmos e intensidades desenfreadas, carregadas de conflitos com as realidades locais, ocasionando problemas sociais e ambientais “incalculáveis”, os quais, muitos deles, ainda estão para ser evidenciados, no tempo e no espaço.

Em tal contexto, buscou-se analisar o processo de reestruturação da cidade de Altamira frente às novas dinâmicas geradas pela implantação e operacionalização da UHBM, assim como compreender as novas relações sociais dos sujeitos impactados, com base nas análises dos dados coletados pelo Grupo de Pesquisa e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM).

Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida em três etapas: primeiro foi feito um amplo levantamento bibliográfico acerca da temática; depois, realizou-se entrevista e aplicação de questionários, contendo perguntas abertas e fechadas, com os moradores dos cinco reassentamentos; e, por fim, fez-se a sistematização e a elaboração do referido texto.

Vale ressaltar que o grupo de estudo GEDTAM tem se comprometido a acompanhar as transformações ocorridas na cidade de Altamira com a implantação da usina.

Entende-se, portanto, que é possível analisar cientificamente essa reestruturação da cidade. De forma mais abrangente, esta pesquisa visa contribuir para o entendimento da produção das cidades na Amazônia, principalmente aquelas que são impactadas por grandes projetos hidrelétricos, verificando sua particularidade em termos de modernização espacial que contrasta com a reprodução da vida cotidiana anteriormente existente.

É importante destacar que o trabalho ficou organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção discute, ainda que brevemente, os conceitos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade a fim de mostrar que, embora existam dois caminhos analíticos para se pensar a cidade na tradição da geografia urbana, quando se discute cidades médias, esses níveis escalares não podem ser pensados de forma excludente.

A segunda seção discute o processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, entendendo-a como parte dos grandes projetos que vêm sendo instalados na Amazônia desde o contexto da modernização regional. Por fim, a terceira discute, a partir de dados empíricos, os reassentamentos urbanos coletivos como expressão da reestruturação da cidade de Altamira, analisando as alterações no modo de vida, especialmente moradia, trabalho e lazer.

## **REESTRUTURAÇÃO URBANA E REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE: breves considerações teóricas**

Para poder avançar, é necessário antes apresentar o que se entende, neste trabalho, por reestruturação urbana e reestruturação da cidade. Sendo assim, é importante recuperar as contribuições de Villaça (2001), que entende que, partindo de uma determinada formação social, as mediações requeridas para se chegar ao espaço intraurbano são diferentes daquelas exigidas para se pensar o espaço regional.

As lógicas, as mediações e os paradigmas teóricos de estruturação do espaço regional (da rede urbana e da urbanização) não são os mesmos daqueles que explicam a estruturação interna do espaço urbano, muito embora existam grandes equívocos, segundo o autor, no transbordamento das análises regionais para as intraurbanas (termo, aliás, redundante em sua visão).

De maneira precisa, Villaça apresenta o seguinte posicionamento:

A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. (VILLAÇA, 2001, p. 20).

Em síntese, o autor aponta que enquanto a estruturação do espaço intraurbano está relacionada ao deslocamento do ser humano, como força de trabalho ou consumidor, a estruturação do espaço regional envolve os deslocamentos das mercadorias e do capital constante.

Para ele, há uma especificidade na estruturação do espaço intraurbano que relaciona-se à localização, tanto dos objetos em si quanto daqueles relativos aos seus locais de produção e consumo. Na visão de Villaça, a localização pressupõe pensar o espaço relativo e relacional, pois a localização envolve a relação com outros objetos ou mesmo com um conjunto de objetos.

Como a localização resulta do trabalho humano, deve ser entendida sempre na relação com o todo, uma vez que envolve as “relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais” (VILLAÇA, 2001, p. 24). Em outros termos, trata-se de considerar, na investigação, as relações de um determinado ponto, ou mesmo de um conjunto de pontos, com todos os outros existentes no espaço urbano. Pressupõe, portanto, entender os deslocamentos espaciais do ser humano como um especificador do espaço intraurbano.

A perspectiva teórica adotada pelo referido autor, é a de que existe uma disputa entre as classes sociais pela localização, seja em função de sua produção ou de seu consumo. Em outras palavras, pode-se dizer que o conflito de classes se dá em torno das vantagens e desvantagens do espaço intraurbano, das disputas pela apropriação diferenciada do espaço. Dessa forma, conclui-se que se o desejo for estudar a estruturação intraurbana, deve-se tomar como referência a circulação dos seres humanos como consumidores e, talvez, portadores da mercadoria força de trabalho, e não a circulação do capital. É o processo de consumo e não o de produção que mais interessa no espaço intraurbano.

Embora reconheça a importância das contribuições de Villaça, Sposito (2004) entende que é necessário avançar em análises mais integradas em termos intraurbanos, por meio do reconhecimento de que não são apenas expressões de dinâmicas de produção e apropriação de seus subespaços, mas também de mudanças mais gerais que reorientam as relações interurbanas no contexto contemporâneo.

Assim, a análise da cidade média e pequena precisa considerar a relação entre a dimensão da rede urbana e do intraurbano. Nas palavras de Sposito,

O reconhecimento dessa dinâmica remete à necessidade de, para estudar cidades médias ou regiões, trabalha-se com a análise das relações entre o espaço intraurbano e o espaço interurbano. Assim, a partir dessa perspectiva, duas escalas geográficas são colocadas em relação, bem como duas tradições de pesquisa urbana precisam estabelecer diálogo mais frequente: aquela dos estudos da rede urbana com a dos estudos intra-urbanos (SPOSITO, 2007, p. 235, grifo do autor).

Para se analisar processos e dinâmicas distintos, porém complementares e articulados entre si, Sposito propõe como caminho teórico-metodológico o entendimento da (re)estruturação urbana e da (re)estruturação da cidade. Reestruturação, segundo ela, por se tratar de um período de amplas e profundas mudanças no processo de estruturação urbana e da cidade. A adjetivação urbana, como dito, volta-se ao entendimento das transformações na região ou na rede urbana, investigando-se processos e dinâmicas, ao passo que “da cidade” está relacionada ao aspecto intraurbano, a forma (morfologia urbana).

Pode-se dizer que essa perspectiva analítica proposta por Sposito (2007) encontra fundamento nas proposições de Santos (2009), a respeito da economia política da urbanização e da economia política da cidade. Em sua compreensão, a primeira parte da divisão social do trabalho coincide com a divisão territorial do trabalho, apontando a distribuição/repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície; já a segunda investiga outra coisa: a forma como a cidade se organiza internamente em face da produção, bem como a forma como os atores da vida urbana encontram seu lugar dentro da cidade.

Trata-se, portanto, nessa proposta metodológica, de revelar os efeitos da divisão do trabalho sobre as condições locais, entendendo que as cidades são tocadas por movimentos cujo vetor nem sempre deriva de sua organização, mas, ao mesmo tempo, revela a necessidade de se investigar lógicas derivativas de divisões do trabalho de natureza não-hegemônicas.

A verdade é que, uma e outra, a economia política da urbanização e a economia política das cidades, são inseparáveis. Elas se distinguem de um ponto de vista analítico, mas são, de fato, inseparáveis, porque a urbanização não é apenas um fenômeno social, ou econômico, ou político, mas também um fenômeno espacial (...). Há, portanto, uma relação de causa e efeito recíprocos entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização, como ela se faz (SANTOS, 2009, p. 114).



Ao discutir o que existe de novo no que tange ao estudo das cidades médias quanto às relações entre a dimensão da rede urbana e do intraurbano, Sposito (2007) aponta três caminhos interpretativos, tendo como referência empírica de observação a realidade do Sudeste brasileiro: a) modernização da agricultura, a produção agrícola de base capitalista como reveladora da maior participação do Brasil na divisão internacional do trabalho; b) o setor bancário e financeiro que paralelamente ao fechamento de agências em pequenas cidades acabaram por reforçá-las em cidades médias e metrópoles; c) a concentração de supermercados e hipermercados, bem como a expansão de empresas por meio do sistema de franquias também tem se expandido para cidades médias.

No caso da Amazônia, Amaral (2010), ao falar da cidade média de fronteira, aponta a necessidade de pensar também, além desses elementos de reestruturação indicados por Sposito (2007), os grandes empreendimentos econômicos – grandes projetos – como vetores de transformação dessa relação entre o intraurbano e o interurbano.

No caso de Altamira, essa linha interpretativa pode ser melhor desenvolvida quando se verifica a sua transformação naquilo que Santos (2009) denominou de “cidade corporativa”: uma cidade cuja modernização do meio ambiente construído favorece aos interesses das grandes empresas, de modo que os recursos são investidos seletivamente para garantir a reprodução da economia e das camadas sociais hegemônicas.

Nessa cidade corporativa, a localização e a acessibilidade tornaram-se elementos centrais na definição da cidadania. Santos (1987) afirma que, dependendo do ponto do território em que se está localizado, é-se mais ou menos cidadão:

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas (SANTOS, 1987, p. 81).

Assim, procura-se sustentar que o processo de reestruturação da cidade de Altamira está relacionado em grande medida à sua posição na rede urbana (na estrutura regional). Desse modo, pode-se dizer que parte expressiva da expansão territorial da cidade, promovida pelos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), visou atender diretamente aos interesses do empreendimento Belo Monte, embora não se deva desconsiderar o papel dos promotores imobiliários e dos proprietários fundiários, dentre outros, que se aproveitaram dessa condição singular da cidade para acumular.

## USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA

Para compreender a urbanização das cidades amazônicas, bem como o papel de centralidade e a lógica de expansão da fronteira capitalista, é necessário considerar a complexidade dos agentes produtores do espaço e retroceder a história para identificar a materialização das relações socioeconômicas e a formação das cidades.

Na perspectiva de Ribeiro (2012), a urbanização da Amazônia se deu de forma complexa. É necessário, portanto, compreender as relações e dinâmicas intraurbanas, haja vista que a construção das cidades amazônicas geralmente obedece a uma lógica capitalista e interesses específicos, conforme os recursos naturais que cada cidade comporta.

A bacia Amazônica é um dos maiores berços de recursos naturais do mundo e seu grande potencial energético é explorado de forma desenfreada e desigual, com finalidades e interesses externos que obedecem à lógica de reprodução do capital. Nesse contexto, a UHE Belo Monte nada mais é que um trunfo desse sistema, que mascara interesses ainda maiores, como a hipótese de que sua implantação foi uma estratégia, em que competiu ao Estado dotar a região de estrutura e infraestruturas para a implantação e operacionalização da mineradora Belo Sun. Entretanto não nos debruçaremos sobre este assunto, haja vista que não faz parte de nosso objetivo.

De acordo com Sevá Filho (2005), a UHE Belo Monte tem seu “nascimento” institucional ainda em meados de 1975, quando então se inicia o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Xingu, sob o comando da empresa de consultoria CNEC, grupo da construtora Camargo Corrêa.

Em 1988, a Eletronorte anuncia o projeto de construção de cinco usinas hidrelétricas no rio Xingu, da qual inicialmente surge o projeto denominado Usina Kararaô. Porém, o projeto é arquivado por alguns anos e só é retomado efetivamente no governo Lula, em 2005, após ser definida como uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (SEVÁ FILHO, 2005). Teve continuidade no governo Dilma, integrando-se, numa escala regional latino-americana, a uma Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (BERMANN, 2012).

Em tal contexto, é importante frisar as implicações das políticas de desenvolvimento para as dinâmicas de vida dos sujeitos locais, sendo que os mesmos participam dos espaços de convivência nos territórios impactados pelas grandes obras na Amazônia, marcados pelas desigualdades sociais e por múltiplos processos de segregação socioterritorial. Isso implica em prejuízos para as relações com o espaço urbano, espaço do



cotidiano, com fortes alterações ao acesso aos bens/serviços urbanos (saneamento básico, saúde, educação, geração de renda, transporte público, segurança pública e habitação de qualidade).

Na perspectiva de Viveiros de Castro e Andrade (1988), a UHE Belo Monte segue o velho modelo de pilhagem dos recursos naturais na Amazônia e, subsequente a isso, canaliza os lucros às grandes empresas, fortalecendo ainda mais o padrão desenvolvimentista que aumenta as desigualdades sociais e a espoliação das riquezas dos territórios e das populações locais.

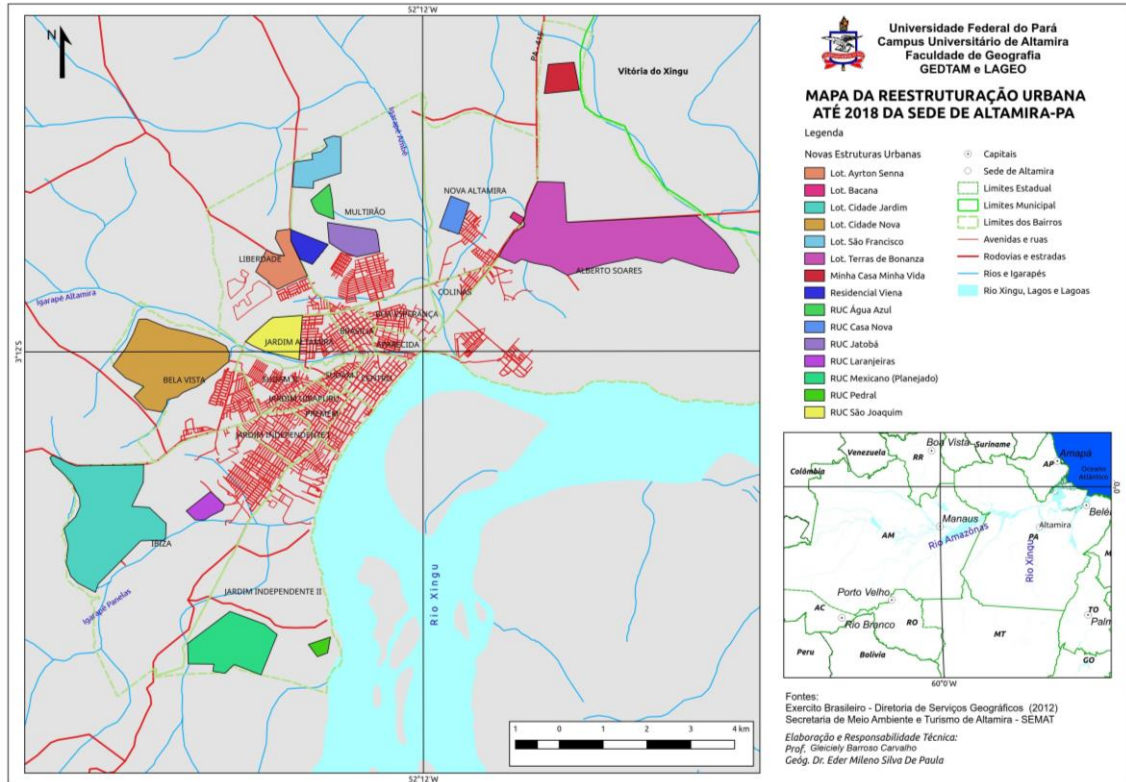
Sua matriz de reprodução acelerada e seletiva mascara os interesses e lucros estatais e empresariais em detrimento de “benefícios” de interesse público, por vezes legitimando a inserção em territórios historicamente marginalizados pela própria produção da rede urbana na Amazônia. De certo modo, há poucas perspectivas de crescimento econômico e social, sendo esses facilmente ordenados a uma sensação de dependência aos novos ciclos “desenvolvimentistas” fadados aos modelos de neodesenvolvimento pautados em grandes projetos.

## **OS REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS (RUCs) COMO EXPRESSÕES DA REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE ALTAMIRA**

Na pesquisa desenvolvida, realizaram-se setenta e oito entrevistas contendo perguntas abertas e fechadas nos cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos, no último semestre de 2016. Através das entrevistas foi possível fazer uma caracterização dos entrevistados, identificar as diferentes concepções em relação à implantação e operacionalização da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, assim como as novas relações sociais nos RUCs.

No mapa a seguir é possível observar a localização dos RUCs, onde foram realizadas as entrevistas, bem como os novos loteamentos da cidade que surgiram em face da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Mapa 1 – Localização dos RUCs e novos loteamentos da cidade de Altamira – 2018



Fonte: GEDTAM, 2018.

No mapa acima, é possível observar a distância absoluta que esses reassentamentos urbanos coletivos ficaram em relação ao centro e ao rio Xingu, sendo que a maior parte das áreas de lazer como praças e restaurantes fica localizada no centro da cidade e à beira do cais.

As figuras a seguir mostram as mudanças que ocorreram nas áreas onde essas famílias moravam e como era o antes e o depois com o deslocamento; como ficaram essas áreas que historicamente eram habitadas por famílias de baixa renda, bem como o modelo das novas localidades em que essas famílias foram reassentadas.

**Figura 1** – Area antes das famílias serem remanejadas.



Fonte: Trabalho de Campo (2016).

Na Figura 1 observa-se um antigo local de moradias de famílias que foram deslocadas no período de construção da UHE Belo Monte. Percebe-se que as casas eram do tipo palafitas e os caminhos eram feitos de tábuas e distantes do solo, pois no período chuvoso essas áreas da cidade ficavam alagadas. As construções mostradas na figura acima encontravam-se às margens do igarapé Ambé e próxima ao rio Xingu, área que ficava submersa durante o inverno amazônico por conta do aumento pluviométrico do igarapé Ambé e do rio Xingu.

Mais adiante é possível verificar, na Figura 2, outra área que era habitada pela população e foi remanejada por completo. Está localizada nas proximidades do igarapé Altamira e é visível que o espaço, antes habitado, agora se tornou vazio e sem uso. No fundo da fotografia observa-se uma quadra de futebol que não é utilizada, deixando claro que onde antes havia uma reprodução da vida cotidiana, com casas de famílias e comércio, agora só há um espaço vazio.

**Figura 2** – Área depois dos deslocamentos das famílias



Fonte: Trabalho de campo (2018).

As famílias que habitavam tais áreas foram remanejadas para espaços construídos pela empresa Norte Energia S.A. (NESA). Há um padrão na forma de construção desses espaços, começando pelas casas, que seguem basicamente a mesma estrutura e formato, sendo diferenciadas, principalmente, pelas cores ou por pequenas modificações, feitas geralmente pelos próprios moradores, na tentativa de imprimir na nova moradia a sua própria identidade, ou adequá-la, conforme suas condições financeiras, às suas necessidades.

Na Figura 3, observa-se um dos cinco RUCs criados para reassentar as famílias deslocadas de áreas como as mostradas nas figuras anteriores. Nota-se que, diferente das casas de palafitas mostradas figura 1, as moradias agora são de concreto e ficam distantes, tanto do rio e dos igarapés como centro da cidade. Comparando as três figuras, é possível visualizar a mudança no modo de vida dessas famílias remanejadas.

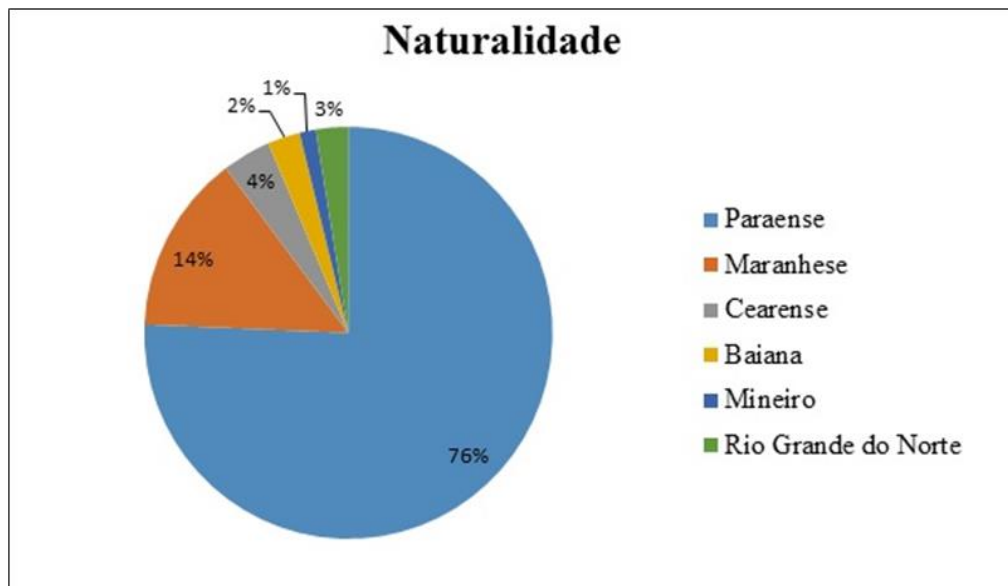
**Figura 3** – Reassentamento urbano coletivo Jatobá



Fonte: Trabalho de campo (2018).

Das setenta e oito (78) entrevistas realizadas, sessenta e uma (61) foram com os responsáveis pelo imóvel e dezessete (17) com outros membros da família. As pessoas entrevistadas possuem em média quarenta anos de idade, sendo cinquenta e dois (52) deles do gênero feminino e vinte e seis (26) do gênero masculino. Também foi possível identificar os estados de origem dos entrevistados, como é demonstrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Naturalidade dos entrevistados



Fonte: Trabalho de campo (2017).

No gráfico acima é possível observar que 76% dos entrevistados nasceram no estado do Pará, 14% tem sua origem no Maranhão e os demais são de vários outros estados. Nesse sentido, pode-se constatar que Altamira, assim como outras cidades da



Amazônia, teve seu crescimento urbano proveniente dos imigrantes que vieram de diversas regiões do país, sobretudo no período da década de setenta com a abertura da BR-230 (Rodovia Transamazônica), o que também foi reforçado pela UHE Belo Monte.

Outro dado relevante identificado no decorrer da pesquisa refere-se ao fato de que a maioria das pessoas é casada ou em situação de união estável, como é possível observar no seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Estado Civil dos entrevistados



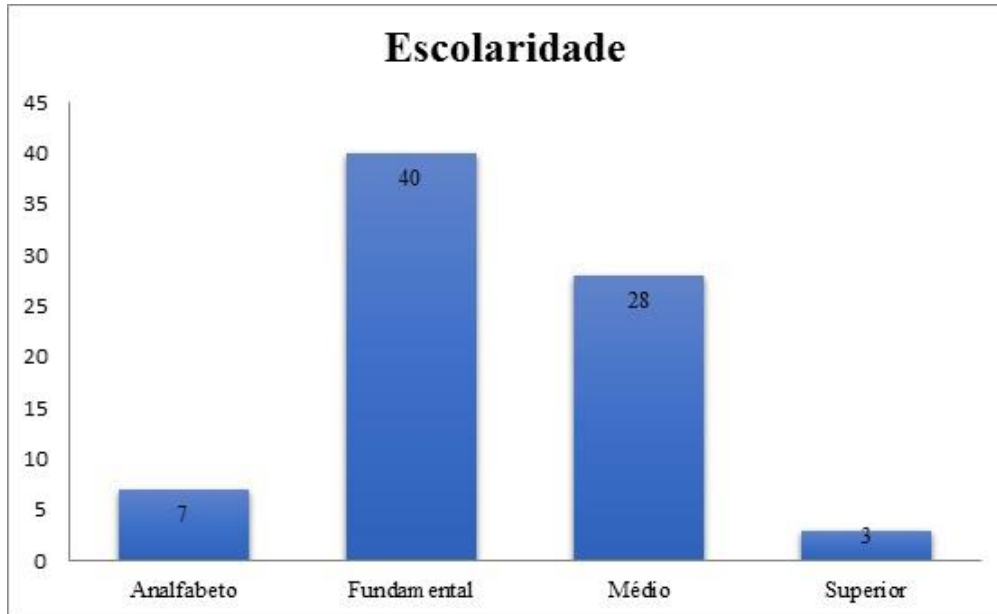
Fonte: Trabalho de campo (2017).

O gráfico aponta que vinte e sete (27) dos entrevistados têm o estado civil de união estável, mesmo número verificado para os que são casados. Em conversa com os entrevistados averiguou-se que a regularização da situação conjugal foi realizada para que não tivessem problemas para receber a indenização, nesse caso a moradia, no momento em que a Norte Energia começasse a fazer os cadastramentos das famílias diretamente atingidas, pois os casais já constituíam família há vários anos, mas ainda não tinham a união oficializada.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos entrevistados, apresentado no Gráfico 3, a divisão foi organizada levando em conta em quatro variáveis: analfabeto (pessoas que não sabem ler e nem escrever), fundamental (frequentou a escola por um período e domina um pouco da leitura e da escrita), médio (quem de fato fez o ensino médio) e superior (pessoas que fizeram ou fazem algum tipo de graduação).



**Gráfico 3 – Escolaridade dos Entrevistados**



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Observa-se que quarenta (40) dos entrevistados possuem o ensino fundamental, considerando que em algum período de sua vida esses indivíduos frequentaram a escola; vinte e oito (28) estão fazendo ou concluíram o ensino médio; os menores números são de analfabetos (7) e formados (ou formandos) de nível superior (3). Podemos notar, desse modo, que a população, de maneira geral, está tendo mais acesso à educação formal, sendo que são as mulheres as que mais têm se especializado.

Em seguida, o questionário teve o objetivo de identificar qual a percepção dos moradores em relação aos RUCs, através de perguntas fechadas no sentido de entender como elas classificam o lugar onde moram. Os entrevistados puderam escolher respostas entre bom, ruim e péssimo, precisando, também, responder o porquê da alternativa escolhida. No Gráfico 4 pode-se observar as respostas das setenta e oito (78) pessoas entrevistadas.

**Gráfico 4** – Classificação de como os entrevistados classificam o Reassentamento Urbano Coletivo onde moram



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Sessenta e três (63) dos entrevistados consideram o lugar bom para morar, enfatizando que era porque o lugar trazia tranquilidade, bem como uma infraestrutura melhor do que o antigo bairro, pois não alaga em períodos chuvosos. Importante ressaltar, contudo, que maioria das famílias apontou a distância em relação ao centro da cidade e ao rio, como um dos principais problemas enfrentados depois de serem reassentadas nos RUCs.

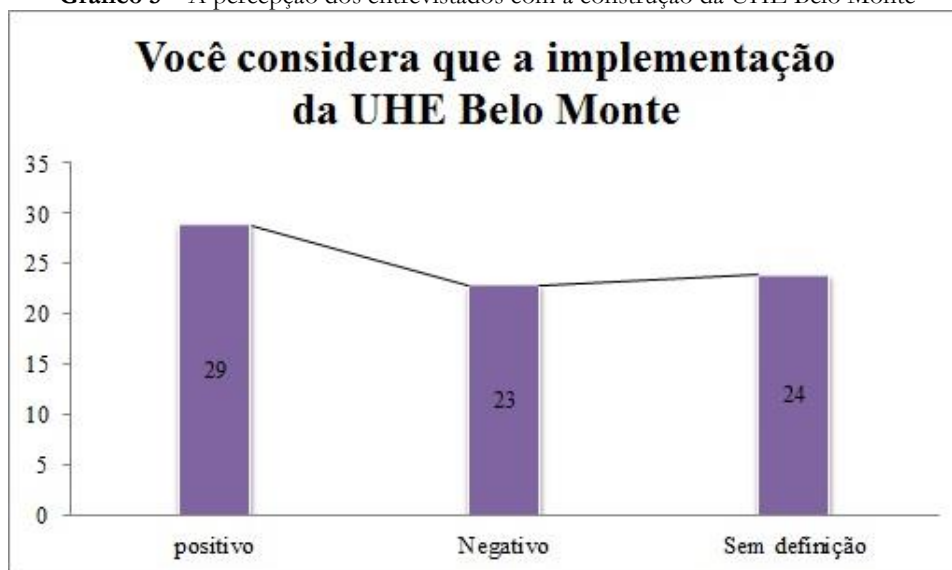
Apesar das dificuldades nas antigas habitações, essas famílias relatam que antes moravam perto do centro e conseguiam realizar suas atividades cotidianas (ir às compras, trabalhar, levar e buscar seus filhos na escola, etc.) e de lazer, como passear na orla do cais da cidade, atividade típica da população altamirense, mas que agora esses moradores não conseguem realizar, pois os RUCs ficam demasiadamente distantes do centro urbano. Mesmo aqueles que possuem veículos próprios não se sentem seguros de sair de casa, principalmente à noite, com medo de serem assaltados, pois a violência também aumentou consideravelmente no município.

Os quinze (15) entrevistados restantes consideram ruim ou péssimo morar nos reassentamentos e, quando perguntados sobre o motivo da resposta, apontam que o isolamento é o principal responsável por seu descontentamento, além dos problemas com a insegurança pública e a falta de assistência por parte da Norte Energia e/ou da Prefeitura Municipal. Na época das entrevistas as escolas ainda estavam sendo construídas, e somente em dois reassentamentos havia posto de saúde em funcionamento. Também estava

presente na fala desses entrevistados que não gostam do reassentamento porque tiveram algum tipo de problema para receber a casa ou receberam a casa com algum defeito.

Outra pergunta realizada foi em relação à concepção que eles tinham da instalação da UHE Belo Monte. Os entrevistados foram questionados se tinham uma visão positiva, negativa ou, ainda, sem definição sobre a usina, sendo, em seguida, perguntado o porquê da alternativa escolhida. Assim, o Gráfico 5 nos mostra a escolha dos entrevistados.

**Gráfico 5 – A percepção dos entrevistados com a construção da UHE Belo Monte**



Fonte: Trabalho de campo (2017).

De acordo com o gráfico acima, verifica-se que vinte e nove (29) entrevistados consideram positiva a implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte. Os motivos apontados para tal escolha foram a aquisição de empregos graças à construção do empreendimento e também o fato de terem saído das moradias que ofereciam riscos à saúde por conta dos alagamentos durante as chuvas.

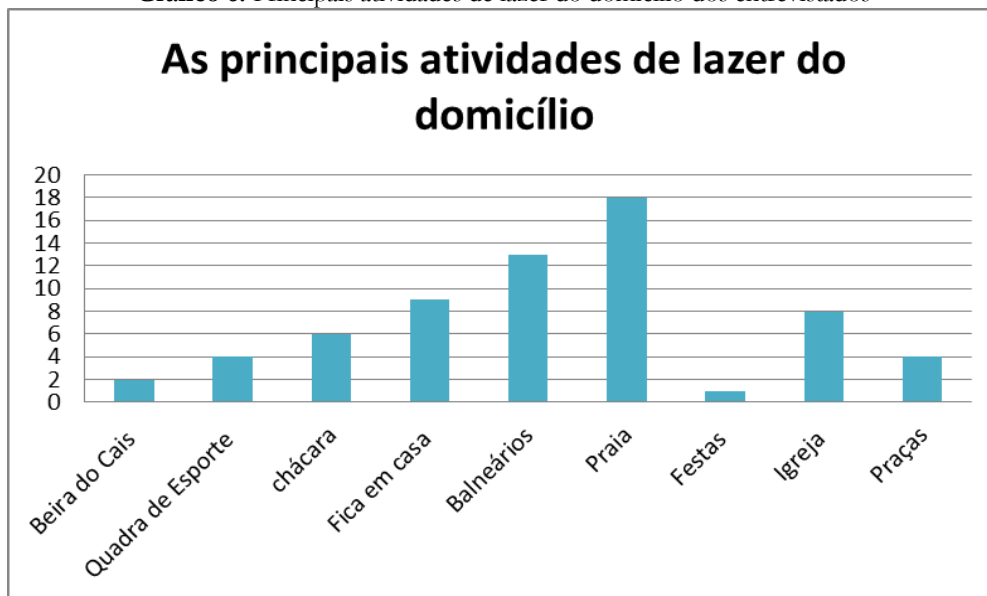
É importante destacar que, mesmo os entrevistados que consideram positiva a implantação da UHE Belo Monte, acreditam que o aumento significativo da violência na cidade não foi bom, tomado isso como fator negativo da implantação da usina, principalmente por causa do aumento nos números de assaltos à mão armada.

Vinte e três (23) moradores consideram a implantação da usina algo negativo. Dentre as razões para essa visão destacam-se o aumento da violência e o inchaço populacional, tudo isso atrapalhou a dinâmica da cidade, trazendo o desemprego, especialmente após a finalização da obra. Nesse momento muitos trabalhadores já não conseguiam se empregar no mesmo setor em que trabalhavam dentro da hidrelétrica ou, quando tentavam voltar para suas antigas atividades, não conseguiam mais por variados motivos relacionados às transformações na dinâmica da cidade.

Por último, vinte e quatro (24) dos entrevistados não apresentam nenhuma definição sobre sua percepção no que diz respeito à vinda da UHE Belo Monte, pois para eles houveram tanto aspectos positivos quanto negativos. Entre os pontos positivos está a geração de emprego e a retirada das famílias das áreas de risco; quanto aos aspectos negativos, eles apontam as obras inacabadas na cidade e o aumento da violência. Além disso, mencionaram a questão das violações aos direitos humanos de modo geral, haja vista que os atingidos passaram por vários “desconfortos”, sobretudo porque alguns não conseguiram a indenização do imóvel ou porque foram realocados para os RUCs sem saberem de antemão os seus destinos.

Em outro momento da pesquisa foi perguntado quais as principais atividades de lazer das famílias moradoras do reassentamento, deixando em aberto para qualquer prática que a família considera como lazer. Nesse momento também poderiam falar mais de uma atividade realizada. O gráfico a seguir apresenta as principais atividades consideradas como lazer pelos moradores dos RUCs.

**Gráfico 6:** Principais atividades de lazer do domicílio dos entrevistados



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Conforme é possível observar no gráfico, a principal atividade de lazer apontada pelos entrevistados (18) é ir à praia; em segundo lugar, sendo a resposta de treze (13) entrevistados, encontra-se a ida aos balneários; a atividade ficar em casa aparece em terceiro lugar (9), em quarto está frequentar a igreja (8) e em quinto lugar, como atividade de lazer apontada por seis (6) moradores, está a ida para a chácara. Outras atividades ainda aparecem com menos frequência, tais como frequentar a orla do cais, praças e quadras de esportes ou ir à festas.

Percebe-se que as duas principais atividades de lazer mencionadas pelos entrevistados estão relacionadas ao rio, embora essas atividades agora ocorram com frequência cada vez mais raras, pois as praias estão desaparecendo graças à construção da UHE Belo Monte e os balneários, na sua maioria, passaram a ser pagos, tornando mais difícil o acesso pelas famílias de baixa renda.

Vale frisar que as atividades de ficar em casa e frequentar a igreja são práticas que também se destacam nas respostas dos entrevistados. É possível observar que a quantidade de igrejas de diferentes denominações que se estabeleceram nos RUCs é grande. Frequentar a igreja, além de ser uma prática religiosa, é também considerada uma atividade de lazer, principalmente devido ao isolamento dos reassentamentos, o que dificulta o acesso aos outros espaços da cidade.

A atividade de ficar em casa, terceira opção de lazer mais citada pelos entrevistados, significa, na prática, assistir filmes, pois os moradores afirmam que não dá para sair de casa no final de semana com a família inteira por conta da distância que os RUCs ficam do centro, cujo acesso é dificultado pelas condições dos meios de transporte utilizados pela família: a motocicleta e/ou o transporte coletivo, sendo este último muito precário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao buscar compreender o processo de reestruturação da cidade de Altamira frente às novas dinâmicas relacionadas à implantação e operacionalização da UHE Belo Monte, bem como as novas relações sociais impostas aos sujeitos impactados e as mudanças em seu modo de vida (moradia, emprego e lazer), pode-se apontar algumas considerações que serão expostas a seguir.

Primeiro: o processo de reestruturação da cidade de Altamira está relacionado à sua posição na rede urbana regional, não sendo possível utilizar interpretações que separem o intraurbano e a rede urbana. O processo de expansão territorial da cidade, promovido pela implantação dos RUCs, geralmente visto como um fenômeno intraurbano, deve ser entendido, dialeticamente, como parte de uma dinâmica de escala mais ampla: os interesses do empreendimento Belo Monte, que necessitou deslocar populações localizadas às margens de rios urbanos da cidade de Altamira, onde eram sujeitos a alagamentos.

Com base nos dados apresentados e o aparato teórico do estudo, compreende-se que a cidade de Altamira se encontra em processo de transição que se tornará histórica em função da reestruturação da rede urbana graças à implantação e operacionalização da UHE Belo Monte. Desse modo, os processos envolvidos na construção da usina e o dinamismo

econômico frente às novas demandas geradas pelo empreendimento colocam a cidade numa posição de centralidade, o que acaba por provocar alterações em termos de forma, função e estrutura em seu interior, causando a necessidade de se pensar a complexidade das funções e da gestão da cidade.

Segundo: junto com a expansão físico-territorial da cidade de Altamira, é possível apontar a existência de novas relações sociais derivadas das transformações no modo de vida e no cotidiano dos sujeitos impactados pela implantação da UHE Belo Monte. Na verdade, a implantação da usina trouxe grandes mudanças no modo de vida da população reassentada, não se tratando apenas de uma “simples” alteração no local de moradia.

As famílias que foram remanejadas para os RUCs moravam, a princípio, em áreas alagadas ou alagáveis no centro da cidade de Altamira. Deve-se ressaltar que, apesar dessa situação precária em termos de habitação e saneamento, essas áreas ficavam localizadas próximas das atividades de comércio, serviços, saúde, educação e lazer.

Com a transferência do local de moradia para os reassentamentos urbanos, as famílias passaram a residir em áreas com melhores infraestruturas, contudo, perderam o acesso à cidade (ao centro) por conta da significativa distância a ser percorrida, além do ineficiente sistema de transporte existente, fazendo com que essa população fique isolada dentro dos reassentamentos.

Terceiro: podemos dizer que a UHE Belo Monte representa o novo momento na extração das riquezas do Xingu, o que a coloca no centro do debate sobre a produção do espaço. Por trás do discurso de modernização urbana, representado pelo remanejamento da população das áreas alagadas ou alagáveis e pela construção de parques e praças em seu lugar, por exemplo, verifica-se a manutenção do velho modelo de desenvolvimento da Amazônia que retira a autonomia dos sujeitos locais e submete a sua trajetória aos interesses de acumulação das grandes empresas e aos projetos do Estado capitalista.

O processo de reestruturação da cidade de Altamira tornou-a ainda mais desigual e dependente da modernização capitalista. O acesso à moradia na cidade passou a ser ditado hegemonicamente pela lógica do mercado imobiliário, que produz loteamentos e condomínios para a classe média endividada, ou pela lógica do consórcio Belo Monte que define o acesso aos RUCs.

O acesso ao emprego, inicialmente visto com euforia pelos moradores da cidade devido ao grande número de postos de trabalho derivados das obras de instalação da usina de Belo Monte, logo foi se tornando escasso, seja em função da finalização da construção da hidrelétrica e sua infraestrutura, seja por conta da impossibilidade de voltar a exercer as atividades de trabalho existentes antes do grande projeto.



As áreas de lazer públicas da cidade, principalmente a orla do cais, as praias e as praças, que antes eram alcançados com uma pequena caminhada ou um breve deslocamento, tornaram-se quase inacessíveis aos moradores dos reassentamentos devido às distâncias, aos custos do deslocamento e à violência.

Por fim, podemos dizer que a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira-PA de fato promoveu uma reestruturação da cidade, tanto em termos de forma – sua expansão físico-territorial por meio dos RUCs e dos loteamentos e condomínios privados que tornaram a cidade mais moderna –, quanto em termos de conteúdo – a imposição de novas relações sociais de produção, por meio da programação do cotidiano pela empresa e pelo poder público, que impõem um novo modo de vida cuja mediação é a lógica da mercadoria.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental - Marabá (PA) e Macapá (AC)**. 2010. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.

GEDTAM. Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas territoriais na Amazônia. **Tendências de crescimento na cidade de Altamira**. Altamira: Universidade Federal do Pará, 2012. (Relatório de trabalho de campo).

MIRANDA NETO, José Queiroz; HERRERA, José Antônio. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confins**, v. 28, p. 1-18, out. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.11284>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: Planos programas e projetos. Agosto de 2010.

OLIVEIRA, Assis da Costa; CONCEICAO, Ronicleici Santos da; HORIZONTE, Jaqueline Santos do. Impactos de grandes obras na dinâmica urbana de crianças e adolescentes: a implantação da Usina de Belo Monte. **Ponto-e-Vírgula (PUCSP)**, v. 16, p. 185-205, 2014.

SANTOS, Milton. **Por Uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SEVÁ, Osvaldo. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. **Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos**

**projetos hidrelétricos no rio Xingu.** Berkeley: International Rivers Network; São Paulo, p. 29-54, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo. Expressão popular, 2007. p. 233-253.

\_\_\_\_\_. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo.** 2004. 230 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda (Org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Nobel, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia M. M. de. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, Leinad Ayer O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de (Org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas.** São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p. 7-23.